

*Conselho*

23 OUT 1985

*O GLOBO*

# Defesa dos Direitos Humanos será reativada em dezembro

BRASILIA — O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, vai anunciar na próxima semana, que todos os trabalhos da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), que voltará a funcionar a partir de dezembro, serão divulgados minuciosamente pelos órgãos de comunicação do Governo, como a Empresa Brasileira de Notícias (EBN), e a Radiobrás. A própria Imprensa Oficial, terá uma seção específica para isso.

Estas informações foram dadas ontem pelo Secretário Geral do Ministério da Justiça, José Paulo Calvancanti, ao sair de um encontro na CNBB com o Secretário Geral da instituição, Dom Luciano Mendes de Almeida. Frente à grande preocupação da CNBB com o recrudescimento da violência no campo, ele foi comunicar ao Bispo algumas ações básicas que estão previstas, no âmbito

do Ministério da Justiça, para conter os conflitos.

Dom Luciano Mendes manifestou a opinião de que a grande novidade na iniciativa do Ministério é a de que não se buscará uma ação policial, mas sim uma ação através dos meios de comunicação social, com o objetivo de conscientizar a sociedade sobre o assunto. José Paulo Calvancanti esclareceu que o Ministério está preocupado em manter a paz e em encontrar caminhos "para na pior das hipóteses, manter a violência dentro de limites toleráveis".

Acrescentou que o instrumento policial de que o Ministério da Justiça dispõe — a Polícia Federal — não pode ser acionado nos casos de conflitos no campo, porque estes estão sob a responsabilidade das polícias estaduais. A Polícia Federal só pode

atuar se for solicitada. Ele observou: "Primeiro, não somos solicitados e, segundo, se o formos demasiadamente, não teremos estrutura suficiente". Segundo ele, quanto mais o conflito se afasta da Capital, menos presente se faz a força policial do Estado e, "talvez não fosse exagero dizer que elas se encontram, com demasiada freqüência, à disposição das oligarquias políticas locais".

Além de reativar a CDDPH, o Ministério da Justiça colocará a EBN na divulgação dos fatos que envolvam Violência, especialmente as ocorridas no campo. Segundo o Secretário-Geral, boa parte da violência decorre da impunidade e "na medida em que o fato se tornar público, os autores terão um pouco mais de receio em praticar a violência".